

Senado aprova empréstimo a Goiás, primeiro da pauta

O GLOBO

BRASÍLIA (O GLOBO) —

Após mais de três horas de debates, ao lado de tentativas obstrucionistas das oposições, o Senado aprovou ontem, com 42 votos, apenas um dos 11 projetos da pauta, na primeira votação durante a convocação extraordinária. Esta foi a sétima sessão da Casa nesse período.

O PDS colocou em plenário todos os seus senadores, à exceção de Raimundo Parente (AM) — que não apareceu, apesar de estar em seu gabinete — e Luiz Cavalcanti, licenciado. Oito oposicionistas somaram seus votos aos 34 do PDS, para a aprovação do empréstimo de Cr\$ 9 milhões para a Escola Superior de Educação Física de Goiás.

O partido do Governo não pôde pedir a prorrogação da sessão porque estava marcada, para às 18h30m, uma extraordinária, para votação da indicação do embaixador Ovídio de Andrade Melo, para a Jamaica, depois, em sessão secreta, como determina o regimento. Restam ainda outros quatro embaixadores para terem seus nomes aprovados pelo Senado.

DESCUIDO

O empréstimo só foi aprovado devido a um descuido dos oposicionistas, que vinham se seguindo no encaminhamento da votação, ocupando, com isso, todo o tempo da sessão, na tentativa de impedir a aprovação de qualquer projeto. Após uma hora de encaminhamento, seis senadores da Oposição já haviam falado. Seria a vez do sétimo, mas o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, foi mais rápido: ele colocou o projeto em votação, antes que o senador Mauro Benevides (PMDB-CE) tivesse tempo para iniciar o pedido de encaminhamento.

O senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES) solicitou a verificação de quórum. Os oposicionistas se retiraram deixando em plenário 30 senadores do PDS, quatro a menos do que o mínimo exigido. Como determina o regimento, as campanhas foram acionadas, convocando os senadores ao plenário para um segundo escrutínio. Desta vez, o PDS reuniu 34 senadores. Os oposicionistas constararam que havia quórum e então oito deles decidiram votar, para poderem dar declarações de voto, o que consumiria o restante da sessão e impediria a votação de outro projeto.

O líder do PMDB, Marcos Freire, deu a sua declaração de voto e o senador Henrique Santillo (PMDB-GO), pediu a palavra para fazer o mesmo. No entanto, o senador Nilo Coelho solicitou a palavra prioritariamente, na condição de líder do PDS. E passou a exaltar a extensão da energia gerada pela Hidrelétrica de Paulo Afonso a Belém do Pará.

PARENTE NÃO APARECE

O Senador Raimundo Parente não compareceu a plenário. O líder Nilo Coelho informara que ele estava em seu gabinete e que compareceria à sessão. Apesar de convocado insistentemente pela liderança, o senador não apareceu.

Os funcionários de seu gabinete deram informações contraditórias: um dizia que ele estava falando ao telefone; outro, depois de perguntar quem o estava procurando, voltava dizendo que ele estava no plenário. O comentário, nos corredores, era de que o senador estava insatisfeito por ter sido derrotado na convenção do último domingo, que indicou o deputado José Filho como candidato do PDS ao Governo do Amazonas.

SESSÃO DE HOJE

— A sessão de hoje do Senado deverá ser marcada pelo mesmo processo demorado na votação dos projetos. O PDS continuará comparecendo em massa conforme decisão da liderança de realizar esforço concentrado nas terças, quartas e quintas-feiras. Por seu lado, a Oposição prosseguirá com o seu movimento obstrucionista, utilizando-se de recursos regimentais para impedir as votações.

Mas hoje, caso não haja nenhuma sessão extraordinária, o PDS poderá requerer a prorrogação da sessão diurna, o que permitiria a aprovação de mais de um projeto da pauta, que continuará a mesma de ontem, apenas com os pedidos de empréstimo.

O senador Murilo Badaró, vice-líder do PDS, anunciou que o seu partido também pedirá no Senado urgência para votação dos projetos do Governo sobre inelegibilidades e criação do Estado de Rondônia. Com isso, esses projetos, que deverão ser remetidos hoje mesmo ao Senado, ficam dispensados de pareceres nas comissões técnicas, indo direto ao plenário. Caso o partido do Governo consiga manter mais de 34 senadores no plenário, os pedidos de urgência serão aprovados e também os projetos.